



Economia Real

Luís Mira Amaral

geral@forumcompetitividade.org

A BIOMASSA E OS INCÊNDIOS

A exploração florestal tornou-se a alternativa de utilização economicamente sustentável no mundo rural face ao abandono puro e simples. Tal constituiu assim uma oportunidade mas também uma grande ameaça em termos de concentração de biomassa combustível quando a gestão e o ordenamento florestais falham.

Surge assim a necessidade de se construírem pequenas centrais elétricas a biomassa, com potências inferiores a 12 MW, espalhadas pelas zonas do país de maior produção florestal e com maior risco de incêndio. Essas centrais alimentadas pelos resíduos da biomassa florestal contribuiriam para a viabilização económica da limpeza das florestas, reduzindo assim o risco de propagação de incêndios. Acontece que a biomassa, como energia renovável, tem sido esquecida pelos governos e pela APREN (Associação de Energias Renováveis) ! Como sabemos, só se pensava na eólica e agora também na solar, embora a biomassa crie essa externalidade positiva na floresta, pela qual se devia pagar um prémio. Formou-se então uma nova Associação de Produção de

Acontece que a biomassa, como energia renovável, tem sido esquecida pelos governos e pela APREN!

Energia e Biomassa, da qual sou presidente da Assembleia Geral.

A biomassa tem ainda a vantagem de não ser fisicamente intermitente, ao contrário da eólica e da solar que produzem ao ritmo da natureza e não do consumidor. O preço de venda à rede das centrais a biomassa é aparentemente mais caro (por ter de se pagar a biomassa) do que o da eólica, mas esta precisa de duas muletas, centrais de bombagem de noite quando há vento e não há consumo e centrais convencionais de dia quando há consumo e não há vento, cujos custos operacionais e de capital são também pagos pelo consumidor. Ora entrando com esses custos, nós pagamos na prática mais pela eletricidade eólica do que pela produzida a partir da biomassa e há que não esquecer o tal prémio para esta.

A APREN veio agora oportunisticamente defender as barragens para o combate aos incêndios, esquecendo-se de dizer que as que se estão a fazer se destinam basicamente a termos centrais de bombagem para acumular o excesso eólico produzido durante a noite! Também a EDP se ofereceu para fazer centrais de biomassa.

A propósito da EDP, a ERSE veio agora dizer que esta, na passagem dos CAE atribuídos pelo governo Guterres para os CMEC de 2007, teve um benefício adicional de 500 milhões de euros no período de 2007-2017. Nunca questionámos a legalidade dos CMEC, por serem a alternativa dos CAE, mas sempre pensámos que tinham uma rentabilidade excessiva.

Engenheiro (IST)
e Economista (Msc NOVASBE)